

Venezuela em transe



Washington deflagrou ações militares e apoiou golpes ao longo do século 20 no continente. Última interferência direta havia sido a invasão do Panamá, que prendeu o general Manuel Noriega, também sob acusação de narcotráfico

Histórico de intervenções na América Latina

» PALOMA OLIVETO

Há 36 anos, os Estados Unidos realizava a última intervenção militar em um país latino-americano, antes da captura, ontem, do presidente venezuelano Nicolás Maduro. Em 16 de dezembro de 1989, também alegando associação do governo com o narcotráfico, o país, então governado por George W. Bush, invadiu o Panamá e capturou o general Manuel Noriega.

Em quatro dias, a chamada Operação Causa Justa derrubou o regime e instalou um novo governo em meio a denúncias de mortes de civis — ao menos 500, segundo organizações não governamentais (ONGs). “Estavamos olhando pela janela e podíamos ver o bombardeio”, relatou Olmedo Beluche, professor da Universidade do Panamá e autor de um livro sobre a invasão.

Segundo Beluche, 20 mil pessoas perderam suas moradias. “As casas de madeira do lado do quartel pegaram fogo e vimos várias pessoas inocentes morrerem ali.”

Noriega, um antigo aliado da agência de inteligência CIA, foi preso e levado para Miami, onde enfrentou um julgamento. Condenado por narcotráfico, o general cumpriu pena nos Estados Unidos, na França e, por último, em seu próprio país.

Porém, enquanto havia provas irrefutáveis, incluindo registros financeiros e testemunhos, sobre o envolvimento de Noriega com Cartel de Medellín, o colombiano Pablo Escobar, não há evidências concretas de que Maduro tenha vínculo com o Cartel de los Soles, um suposto grupo narcotraficante que, segundo Trump, apoia o presidente capturado. O governo de Maduro sempre negou a existência do Soles. “Jamais conseguiram

comprovar, porque o cartel não existe, é uma invenção imperialista”, disse, no mês passado, o ministro do Interior, Diosdado Cabello.

Sem convivência

Desde a década de 1950, o governo norte-americano promove intervenções em países da América Latina, sem a convivência de organismos internacionais. A primeira delas foi em junho de 1954 na Guatemala, quando o coronel Jacobo Arbenz Guzmán foi derrubado por mercenários treinados e financiados por Washington.

O incentivo ao golpe, reconhecido pelos Estados Unidos em 2003, teve como justificativa a “luta contra o comunismo”. Porém, a deposição de Guzmán ocorreu logo após o anúncio de uma reforma agrária que ameaçava os interesses da United Fruit Corporation, a futura Chiquita Brands.

Nos anos 1960, o governo norte-americano treinou e financiou anticastristas para tentar, sem sucesso, derrubar o regime comunista de Fidel Castro em Cuba. Também mandou fuzileiros navais e paracaidistas à República Dominicana para sufocar um levante em favor do presidente de esquerda Juan Bosch, derrubado por generais.

Ditaduras

No Cone Sul, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo apoio de Washington à ditadura militares, incluindo a brasileira, implantada com o golpe de 1964. Em 1973, os Estados Unidos ajudaram o ditador chileno Augusto Pinochet durante a destituição do presidente de esquerda Salvador Allende do poder. Três anos depois, o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger também apoiou a junta

Wikimedia Commons/Divulgação



Mural na Cidade do Panamá recorda a invasão dos Estados Unidos durante o governo do então presidente George W. Bush: 500 civis mortos

Um ano, muitos conflitos

2 de fevereiro de 2025: Donald Trump ameaça “retomar” o Canal do Panamá, em represália ao comércio com a China na região.

20 de fevereiro: os EUA designam cartéis de drogas estrangeiros como organizações terroristas.

25 de julho: os EUA consideram o Cartel de los Soles, da Venezuela, uma organização terrorista global.

7 de agosto: o governo norte-americano anuncia recompensa de US\$ 50 milhões para quem fornecer informações que leve à prisão de Nicolás Maduro,

associando o presidente venezuelano capturado ao Cartel de los Soles.

2 de setembro: lançamento do primeiro ataque nas águas internacionais do Mar do Caribe contra a Venezuela. Onze pessoas morreram.

13 de setembro: cinco caças F-35 dos EUA aterrissam em Porto Rico.

15 de setembro: os EUA decertificam a Colômbia como país que colabora com os esforços contra o narcotráfico.

2 de outubro: os EUA declaram que entraram em um “conflito internacional não-armado” contra cartéis de drogas.

16 de outubro: mais um ataque ao Mar do Caribe contra uma embarcação que supostamente carregava drogas. No mesmo dia, Trump autoriza a CIA a conduzir operações no território venezuelano.

21 de outubro: a campanha norte-americana é estendida ao Pacífico, com um ataque nas águas internacionais próximas à costa da Colômbia.

24 de outubro: o Pentágono anuncia a partida, para o Caribe, do maior porta-avião militar do país, o USS Gerald R. Ford

27 de outubro: uma operação coordenada pelos EUA tendo como alvo quatro embarcações na costa do México mata 14 pessoas.

26 de novembro: o presidente dominicano Luis Abinader autoriza os EUA a usar a Base Aérea San Isidro e o Aeroporto Internacional Las Américas em operações contra o narcotráfico.

Fonte: ACLEAD

» Entrevista | MANUEL FURRIELA

Especialista em relações internacionais e reitor da Universidade Católica de Brasília (UCB), não acredita que Moscou e Pequim tomem alguma medida prática contra Washington.

Sem respaldo no direito internacional, a intervenção norte-americana na Venezuela serve de recado para a Rússia e a China, aliadas de Nicolás Maduro: os Estados Unidos querem retomar o controle na região e não pretendem dividi-lo com outras potências. Apesar das críticas que os dois países fizeram à retirada forçada do presidente venezuelano do poder, porém, o advogado Marcelo Furriela, especialista em relações internacionais e reitor da Universidade Católica de Brasília (UCB), não acredita que Moscou e Pequim tomem alguma medida prática contra Washington.

Em entrevista ao Correio, Furriela, mestre em direito internacional pela Universidade de São Paulo (USP) e em International Legal Studies pela American University, de Washington, afirma também que, apesar de um longo histórico de agressões verbais a governantes latinos, Donald Trump não deverá tentar outras ocupações na região. “Nem na Colômbia. Lá, não há uma ditadura, então seria muito mais difícil sustentar qualquer tipo de medida extrema.”

» PALOMA OLIVETO

O presidente Donald Trump falou que “o domínio dos Estados Unidos na América Latina nunca mais será questionado”. O que ele quis dizer com isso?

A frase mencionada diz respeito à influência que potências como a Rússia e, principalmente, a China tinhão e têm na Venezuela. A Rússia tinha uma relação própria com o governo de Nicolás Maduro, o apoava, vendeu diversos equipamentos militares, aviões de ataque e vários outros tipos de armamentos com contratos muito importantes para a Rússia na região. Contratos esses que Moscou não teria sem essa relação próxima. E a China importa petróleo venezuelano em condições favoráveis, abastecendo seu apetite

argentino em 1976. Pelo menos 10 mil opositores desapareceram.

Com o apoio tácito norte-americano, as ditaduras de Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai se aliaram para eliminar opositores de esquerda. Era a chamada Operação Condor, que deixou dezenas de milhares de mortos e desaparecidos entre 1970 e 1980.

Na América Central, os Estados Unidos apoiaram guerras civis na

década de 1980. Em 1979, com a deposição do ditador da Nicarágua Anastasio Somoza pela revolução sandinista, o então presidente Ronald Reagan forneciu US\$ 20 milhões de ajuda aos contrarrevolucionários, em uma operação secreta.

Em El Salvador, Reagan enviou assessores militares para sufocar a rebelião da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN). Com a operação Urgent

Fury, em 25 de outubro de 1983, Washington interveio na Ilha de Granada, com fuzileiros navais e rangers, após o assassinato do primeiro-ministro Maurice Bishop por um grupo da extrema-esquerda.

Embora a última intervenção antes da captura de Nicolás Maduro tenha ocorrido há mais de três décadas e meia na América Latina, um levantamento da organização não governamental (ONG)

norte-americana Armed Conflict Location & Event Data (Acled) mostra que, somente em 2025, houve diversas ações militares ou diplomáticas na região promovidas pelos Estados Unidos (veja quadro). A analista senior para a América Latina e o Caribe Sandra Pellegrini também cita o ataque das tarifas ao Brasil, em resposta ao processo contra o ex-presidente condenado Jair Bolsonaro em seu relatório.

"Não acredito que a narrativa de Trump sirva para outros países da região"

Sem respaldo no direito internacional, a intervenção norte-americana na Venezuela serve de recado para a Rússia e a China, aliadas de Nicolás Maduro: os Estados Unidos querem retomar o controle na região e não pretendem dividi-lo com outras potências. Apesar das críticas que os dois países fizeram à retirada forçada do presidente venezuelano do poder, porém, o advogado Marcelo Furriela, especialista em relações internacionais e reitor da Universidade Católica de Brasília (UCB), não acredita que Moscou e Pequim tomem alguma medida prática contra Washington.

Em entrevista ao Correio, Furriela, mestre em direito internacional pela Universidade de São Paulo (USP) e em International Legal Studies pela American University, de Washington, afirma também que, apesar de um longo histórico de agressões verbais a governantes latinos, Donald Trump não deverá tentar outras ocupações na região. “Nem na Colômbia. Lá, não há uma ditadura, então seria muito mais difícil sustentar qualquer tipo de medida extrema.”

» PALOMA OLIVETO

O presidente Donald Trump falou que “o domínio dos Estados Unidos na América Latina nunca mais será questionado”. O que ele quis dizer com isso?

A frase mencionada diz respeito à influência que potências como a Rússia e, principalmente, a China tinhão e têm na Venezuela. A Rússia tinha uma relação própria com o governo de Nicolás Maduro, o apoava, vendeu diversos equipamentos militares, aviões de ataque e vários outros tipos de armamentos com contratos muito importantes para a Rússia na região. Contratos esses que Moscou não teria sem essa relação próxima. E a China importa petróleo venezuelano em condições favoráveis, abastecendo seu apetite

invasão americana, não só porque têm seus interesses na região prejudicados, mas também porque sempre tiveram um discurso contra as atuações norte-americanas. De qualquer forma, a Rússia está muito ocupada no seu conflito com a Ucrânia. Além disso, ela não quer perder eventual apoio norte-americano na composição ou no futuro das guerras com a Ucrânia, numa tentativa de restabelecimento de paz, com interesses territoriais seus atendidos. Então, a Rússia está muito mais focada nesse tipo de interesse, não quer agravar sua relação com os Estados Unidos. Da mesma forma, a maior preocupação chinesa em relação à Venezuela vai ser continuar sendo abastecida pelo petróleo venezuelano e ter garantido o recebimento da dívida externa de cerca

de US\$ 60 bilhões que a Venezuela tem com o país. Se houver uma composição nesse sentido, é o que mais vai interessar. E como a China tem pretensões de retomar o território de Taiwan em algum momento, podendo originar uma nova guerra, a Rússia prefere focar-se mais nesse aspecto do que fazer mais do que criticar a intervenção americana.

O que deve acontecer imediatamente?

A derrubada de Nicolás Maduro é parte do processo que os Estados Unidos imaginam para a Venezuela, pois ainda terão que constituir um governo na região. Provisionalmente, Donald Trump afirmou na sua declaração de que assumirá ele mesmo o governo do país com a retomada da exploração de petróleo por empresas

norte-americanas, o que vai favorecer o abastecimento do mercado internacional, e na sequência a constituição de um governo a seu favor, a favor dos Estados Unidos, ao contrário do governo de Nicolás Maduro.

Trump já associou o presidente colombiano ao narcotráfico, como fez com Nicolás Maduro. Há um risco iminente para Gustavo Petro?

Perante o direito internacional, as justificativas de Donald Trump não subsistem, elas não se sustentam, pois só seriam duas as que justificam um Estado, um país invadir o outro. Uma seria em caso de agressão, resposta a um ataque; e a outra com autorização do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A narrativa construída por Donald Trump foi a de que grupos de narcotráfico internacional muito importantes atuariam na Venezuela, depois ele os identificou como grupos terroristas que desafiam e colocam em risco a segurança dos norte-americanos, e de que Nicolás Maduro seria o grande líder desses grupos, ou pelo menos de um deles. Essa foi a construção adotada para justificar a intervenção. Não acredito que o mesmo sirva para outros países da região, nem ao menos a Colômbia, até mesmo porque o governo colombiano foi eleito legitimamente. Na Colômbia, não há uma ditadura, então seria muito mais difícil sustentar qualquer tipo de medida extrema,

conforme aconteceu na Venezuela. Na Colômbia, há um governo independente e o problema do narcotráfico não está associado ao governo local. Justificativas de fraca atuação no combate ao narcotráfico na Colômbia não significam envolvimento direto do presidente. Então não é uma ditadura, não há desgaste e não há essa identificação direta, cenário da Colômbia diferente da Venezuela.

O presidente Lula começou um movimento de aproximação do governo Trump recentemente. Como ele deve se comportar em relação à intervenção norte-americana na Venezuela?

O governo brasileiro reassumiu uma postura pragmática na relação com os Estados Unidos, puramente de interesses produtivos, afastando viés ideológico, pois sabemos que o governo Trump e o governo Lula não têm a mesma identidade sobre aspectos políticos. A reaproximação entre ambos foi interessante para o Brasil, que retomou as suas exportações, ou pelo menos parte delas. Acho que essa questão da Venezuela vai fazer com que o governo brasileiro critique a intervenção norte-americana sob a justificativa de não ter guardado no direito internacional, o que inclusive já fez, mas essa agenda deve ficar por aí. Vai se manter o pragmatismo e o Brasil deve tentar — e eu acho que é o nosso papel — apoiar a redemocratização da Venezuela.



Arquivo pessoal

Pode-se esperar uma resposta contundente da Rússia e da China?

Tanto a Rússia quanto a China e outros estados serão críticos da